



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

## ***Relatório do XI Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - Fonavid São Paulo 2019***

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID, participou do XI FONAVID – Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, na cidade de São Paulo/SP, no período de 05 a 08 de novembro de 2019. O evento contou com a presença da Desembargadora Salete Silva Sommariva, da Juíza de Direito da 4ª Vara Cível da Capital - Ana Luísa Schmidt Ramos, do Juiz de Direito do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital – Marcelo Volpato de Souza, do Juiz de Direito da Vara Única da comarca de Meleiro - Marciano Donato e das servidoras da Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID, Michelle de Souza Gomes Hugill e Jussara Aparecida Barboza.



O Fonavid é o mais importante fórum de discussão do Poder Judiciário nacional sobre combate à violência doméstica contra a mulher, que reúne, anualmente, juízas, juizes e equipes técnicas da Justiça Estadual brasileira, com objetivo de compartilhar experiências e uniformizar procedimentos.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

O Fórum de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher foi criado em 31 de março de 2009, durante a 3ª Jornada Maria da Penha, evento anual promovido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Desde então, o fórum congrega os juizes e juizas de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, envolvidos com a temática de violência doméstica e familiar e já foi realizado em dez cidades: Rio de Janeiro (RJ), João Pessoa (PB), Cuiabá (MT), Porto Velho (RO), Vitória (ES), Campo Grande (MS), Foz do Iguaçu (PR), Belo Horizonte (MG), Natal (RN) e Recife (PE).

A cerimônia solene de abertura do XI FONAVID - Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, foi realizada no Salão Nobre Ministro Costa Manso, no Palácio da Justiça, sede da Corte bandeirante na quarta-feira (05) de novembro e marcou a semana de enfrentamento da violência contra a mulher.



O presidente do Fonavid, juiz Ariel Nicolai Cesa Dias, do Tribunal de Justiça do Paraná, agradeceu ao TJSP por todo o apoio na realização do evento. “Nessa semana, São Paulo é a capital nacional do enfrentamento da violência de gênero contra a mulher”, disse o magistrado. Ele destacou que o tema do fórum, **“Educação para equidade de gênero: um caminho para o fim da violência contra a mulher”** foi escolhido porque a educação é o caminho para resolver o problema a longo prazo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

Já a desembargadora de Mato Grosso Maria Erotides Kneip, também discursou e ressaltou a importância do Fórum, “o maior e mais legítimo do país”. Maria Erotides destacou que as coordenadorias existem para “cuidar e proteger os juízes que atuam na área, para que possam mudar essa realidade cruel”. E relatou experiências que a levaram prestar um juramento: “Sempre que uma mulher disser que está sendo ameaçada de morte eu vou acreditar nela”.

Um dos momentos mais esperados foi a palestra da embaixadora do projeto Mãos emPENHADAs (ação que treina profissionais de salões de beleza para identificar e aconselhar as vítimas de agressão por parte dos parceiros) - a modelo e atriz Luiza Brunet, vítima de agressões em diferentes fases de sua vida, foi uma das palestrantes da abertura do evento, que aconteceu no Palácio da Justiça, destacando que o problema não escolhe classe social. “O que fica é muita tristeza, são marcas profundas, ferimentos que cicatrizam e, de vez em quando, abrem”, afirmou.

Em seu discurso a Coordenadora da COMESP - Desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, apresentou cumprimentos e saudações carinhosas a todos os presentes, ocasião em que falou que o XI FONAVID dá um passo a mais na construção da atuação jurisdicional, no âmbito da violência de gênero, por meio de ações preventivas e troca de experiências.

Disse, ainda, que a atuação jurisdicional, está fadada a operar em terreno social em que são desiguais as relações sociais entre homens e mulheres. São impregnadas, apesar de muitos avanços, pela assimetria de gênero, intimamente ligada à desigualdade social, econômica, de raça e etnia.

São episódios marcados pela violência de gênero, que ocorrem entre pessoas que estão ou estiveram ligadas, por laços de afeto, dependência emocional, sentimentos contraditórios, contrapostos. Episódios marcados pela violência de gênero, praticados, em sua grande maioria, por maridos, namorados, companheiros, ex-maridos, ex-namorados, ex-companheiros.

O significado desse momento, reflexão conjunta e compartilhada, por certo, redundará na construção de relações sociais com fios de solidariedade e igualdade e poderá contribuir para a quebra do ciclo de violência contra a mulher brasileira. Tem razão Dulce Critelli, ao observar, *nada é real se percebido na solidão. O real é compartilhado.*

Na oportunidade foi assinado o termo de cooperação entre o Fonavid (Brasil) e o Fórum Nacional dos Magistrados que atuam no âmbito da Violência Doméstica - Fonamavido (Moçambique), cujo objetivo é a troca de experiência entre os países no enfrentamento da violência de gênero.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

Ao final, os cantores líricos do Theatro Municipal de São Paulo André Wei, Eduardo Trindade e Marilu Figueiredo encantaram o público com uma apresentação de ópera. O XI Fonavid continuou até sexta-feira (8) no Hotel Maksoud Plaza (Rua São Carlos do Pinhal, 424 – Bela Vista), com palestras, debates e trocas de experiências.

Com o tema **“Educação para equidade de gênero: um caminho para o fim da violência doméstica contra a mulher”**, o XI Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Fonavid, pela primeira vez e após 11 (onze) anos de história, o evento recebeu o público em geral, também em caráter inédito, nos dois primeiros dias de atividades. Além de magistrados e integrantes de equipes multidisciplinares, o público de 350 participantes também contou com promotores, advogados, profissionais da Educação, de ONGs, de centros de acolhimento, integrantes da Polícia entre outros. O objetivo dessa diversidade é ampliar os debates e valorizar perspectivas contemporâneas de abordagem sobre o assunto, bem como ampliar os debates e fomentar a diversidade de perspectivas, permitindo o compartilhamento de experiências institucionais diante da percepção de que a união de forças é essencial para a prevenção e o combate da violência de gênero contra a mulher no âmbito doméstico e familiar.

A juíza Teresa Cristina Cabral, integrante da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de São Paulo (Comesp) e 2ª vice-presidente do Fonavid, falou sobre a escolha. *“É importante conseguirmos contar para as crianças que a violência não é uma forma de solução de conflitos e que homens e mulheres são iguais. E, como iguais, têm que ser respeitados nessa proporção e nessa medida”*, afirmou.

Na manhã do dia 06/11/2019, as atividades começaram com a conferência **“Alianças estratégicas: setores público e privado unidos para o fim da violência de gênero”**, com falas introdutórias dos desembargadores Francisco Eduardo Loureiro, diretor da Escola Paulista da Magistratura (EPM), Angélica de Maria Mello de Almeida, coordenadora da Comesp; e do juiz Ariel Nicolai Cesa Dias, presidente do XI Fonavid. Em seguida, foram ministradas as palestras pelas conferencistas Luiza Helena Trajano, do Magazine Luiza, e Mafoane Odara, do Instituto Avon.

**Luiza Helena Trajano** detalhou as ações de sua empresa para coibir casos de violência doméstica entre os funcionários, como o Canal da Mulher, rede de comunicação interna de denúncias e encaminhamento para advogado, psicólogo e assistente social. *“A contribuição é constante nos canais, inclusive dos homens. Também lideramos uma campanha digital com apoio de mídia espontânea, encorajando todas e todos a denunciar”*, contou.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

Iniciou sua fala contando que despertou para a questão da violência contra as mulheres quando soube que uma de suas funcionárias foi morta a canivetas, quando criou um comitê para montar um canal da mulher no Magazine Luiza.

Relatou a criação do grupo Mulheres do Brasil, para que a sociedade privada atue em prol das mulheres, em parceria com outras instituições já existentes, e assumir o papel de cuidar do nosso país.

Falou da importância de políticas públicas, com o apoio e participação também da sociedade civil.

Citou a criação do projeto “Mete a Colher”, com a apresentação dos vídeos de lançamento da campanha e dos resultados, um ano após, com depoimentos dos colaboradores (mulheres e homens) acerca da sua percepção e mudança da cultura institucional.

Por fim, convidou os participantes a aderirem à Caminhada pelo fim da violência contra as mulheres no dia 8-12-2019, às 10 horas da manhã.

Destacou a importância da valorização dos professores como instrumentos de transformação e de enfrentamento da violência contra as mulheres.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

Já **Mafoane Odara**, trouxe exemplos de sua experiência de 11 anos no combate à violência doméstica na Avon, como a criação de comitê e canal interno com uma série de políticas, desde acompanhamento psicológico e jurídico, até fundos de emergência.

Falou que o Instituto Avon é parceiro do Fonavid há 6 (seis) anos e destacou a relevância deste fórum no enfrentamento da violência. Ressaltou o momento de polarização política que muitas vezes nos coloca em lados opostos, bem como da dificuldade de abrir mão da própria verdade. É preciso fazer a matemática da vida dar certo, e às vezes a soma de dois mais dois, é três.

Salientou que 1 (uma) a cada 5 (cinco) faltas no trabalho é decorrente da violência doméstica.

O Instituto Maria da Penha fez uma pesquisa considerando apenas o absenteísmo, na qual constatou-se que há uma perda de 1 bilhão de reais por ano por conta da violência doméstica.

Explicou que havia uma ideia no sentido de que violência contra a mulher é coisa de polícia, contudo, após o assassinato de uma de suas colaboradoras passou-se a pensar que “talvez tenhamos responsabilidade sim”.

1º. Nível A gente não pode dizer o que a gente não faz

Processo muito claro - necessidade de treinamento da equipe

Falta de produtividade = processo de violência?

2º. Nível A gente não consegue fazer nada sozinho

O trabalho exige a complexidade que a violência é – necessidade da rede de proteção

Precisa de moedas de troca – reconhecimento do trabalho reconhecido.

Criação do prêmio Avon e do Viva.

Histórias podem mostrar outras histórias.

3º. Nível Institucional

“A gente não consegue fazer a reforma das mentes sem a reforma das instituições e a gente não consegue reformar as instituições sem fazer a reforma das mentes” (Edgar Mohan).

- Importância dos eventos e debates públicos;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

- Campanhas para auxiliar as pessoas a compreender a violência contra a mulher;
- Estrutura sistêmica – criada para não funcionar – exercite o desamparo aprendido;
- mudar o jeito como as pessoas se relacionam com as instituições;
- importância da sociedade no auxílio à melhoria do funcionamento das políticas públicas;
- Falou da importância de cuidar de quem cuida, pois existe um processo muito grave de adoecimento desses profissionais.

4º nível – Importância do papel das empresas que estão na vanguarda estão de políticas

- como essas empresas podem auxiliar outras a enfrentar a violência;
- grupo de homens pelo fim da violência dentro da Avon – “De homem pra homem”;
- Coalizão empresas pelo fim da violência contra as mulheres: três eixos (fim do assédio sexual, apoio as mulheres que sofrem violência e campanha de conscientização);
- as empresas precisam compreender o seu papel na sociedade, não é por “bom mocismo”.

Na sequência, o painel **“Humanidade, cadê? Educação, gênero e equidade”** teve a participação da juíza Camila de Jesus Mello Gonçalves, assessora da Presidência do TJSP, como debatedora e a juíza Madgéli Frantz Machado (TJRS) como mediadora de quatro painelistas: Denise Alves Freire, psicóloga e consultora educacional; Beatriz Acciolly, antropóloga; Maria Carolina Marques Ferracini, da ONU Mulheres; e Mariana Braga Neves, psicóloga da Unesco.

**Denise Alves Freire** delineou um histórico da violência e o papel da educação no combate às manifestações violentas. Freire falou que a “violência é intrínseca ao ser humano”. Destacou que a violência doméstica é uma violência com base na desigualdade de gênero e deixa sequelas irreversíveis para os filhos.

**Beatriz Acciolly** criticou o que definiu como “campo minado político moral brasileiro nos últimos anos” e disse que ideologia de gênero é uma falácia – por utilização equivocada como instrumento de doutrinação. Afirmou que ideologia



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

de gênero não existe, principalmente porque ideologia é a capacidade de doutrinação e de mudar os pensamentos das pessoas e se alguém tivesse essa capacidade, estaria milionário. Afirmou que a cruzada contra a questão de gênero não ocorre somente no Brasil e teve início nos anos 90, no Vaticano. Criticou a retirada do gênero dos currículos escolares nas escolas municipais e estaduais pelo Brasil, afirmando ser uma afronta à democracia e à Constituição da República. Destacou ser dever do Estado ensinar diferentes visões de mundo.

**Maria Ferracini** abordou a dimensão da violência doméstica contra mulheres em plano global e regional, o fenômeno do casamento infantil como forma de violência – “uma em cada quatro meninas se casa antes de completar 18 anos no Brasil” – e a utilização do marketing social para combate à violência. Frisou que no ano de 2018 houve um aumento nos estupros e que entre 2012 e 2017, um aumento de mortes de mulheres por armas de fogo.

Informou que o Brasil é o primeiro país da América do Sul em casamentos infantis.

- Evidenciou que as campanhas só funcionam se aliadas à educação dos grupos, pois campanhas pontuais não funcionam.

- A questão de gênero é ao mesmo tempo um problema privado e um problema político no papel das mulheres (violência doméstica x violência política).

Relatou o depoimento de uma professora no sentido de que receava que o marido descobrisse o que ela ensina na sala de aula.







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

**Mariana Braga Neves** apresentou Relatório de Monitoramento Global da Educação, publicado anualmente, com os compromissos de países sobre o tema. **Neves** apresentou o “Relatório de Monitoramento Global da Educação” da Unesco. Para falar de igualdade de gênero não basta falar de quantidade de meninos e meninas nas escolas, é preciso falar de valores. No mundo, há um equilíbrio nas classes iniciais e mais homens das universidades. No Brasil, apesar de ter mais mulheres na educação superior, elas não ocupam cargos de decisão, gestão. Destacou que todos nós somos responsáveis, inclusive institucional, na prevenção da violência de gênero. É preciso dar segurança aos professores, alunos, alunas grávidas. É preciso cobrar estruturas seguras.

Para fechar, a juíza **Camila de Jesus Mello Gonçalves** fez uma síntese e conclusão das quatro exposições. “Ideologia de gênero não existe, o que existe é gênero como uma categoria de identidade social. No plano interamericano dos direitos humanos, do qual o Brasil faz parte, o País assumiu, por instrumento normativo, o compromisso de educar para combater estereótipos de gênero nas escolas, como algo importante para enfrentar a violência doméstica no plano nacional. Já no plano internacional e jurídico, há uma relação direta entre a educação de combate a estereótipos desde a primeira infância e o fim da violência doméstica contra a mulher.”

Falou da peculiaridade legal no Brasil a respeito da permissão para o casamento, a partir dos 16 anos de idade, o que tem gerado críticas mundiais para uma alteração legislativa para casamento somente a partir dos 18 anos.

Enfatizou que somente a autonomia não resolve porque os profissionais podem ter o estereótipo de gênero prévio, o que somente o fortaleceria. É preciso preparar os profissionais para isso.

A questão de gênero é uma construção social e mudança cultural é algo demorado e difícil.

No intervalo, o juiz **Mario Assunção Filho** apresentou os quatro atores do programa “Palhaços sem Juízo”, que já funciona nos fóruns Ministro Mário Guimarães, na Barra Funda, e de São Miguel Paulista. A proposta é traduzir o ambiente formal do Judiciário para a linguagem das crianças por meio de interações lúdicas de improviso com os frequentadores dos fóruns.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar



Sob mediação da juíza Teresa Cristina Cabral Santana (TJSP), o painel **“Gênero, violência e comunicação social: o papel (de)formativo da imprensa”** teve como debatedor o juiz **Álvaro Kálix Ferro** (TJRO). “Abordar a equidade de gêneros de maneira interdisciplinar é importante para conseguirmos entender o que é essa categoria de análise que nos conta muito sobre o que é a violência contra a mulher, um problema grave e complexo”, disse a juíza. A jornalista **Marisa Sanematsu** levantou pontos sobre como o judiciário pode contribuir para qualificar a cobertura da imprensa e o debate público sobre a violência de gênero. Logo depois, **Jacira Melo**, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, fez um treinamento para magistrados se comunicarem de maneira eficiente por meio da imprensa, a fim de evitar incompreensões. A advogada **Claudia Luna** fechou o painel com proposições e conceituação histórica para o entendimento das dinâmicas de relações sociais no contexto do racismo no Brasil, bem como falou da importância de não se tratar da questão da violência de gênero de forma universal, considerando o perfil das vítimas de violência doméstica em torno de 55% dos casos.

Afirmou que, quando pensamos em mulheres negras, elas sofrem duplamente a violência, pois perdem sua humanidade ao serem tratadas como objetos de direitos, pois são retratadas de forma que nos remetem aos tempos de escravidão.

No tocante ao papel da justiça, desde a Constituição de 1824, seus operadores devem sempre se lembrar de seu papel de fazer justiça e não perpetuar as violências sofridas pelas mulheres, em especial as mulheres negras, marcadas pelas chagas do racismo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar



No período da tarde **Patricia Villela Marino**, do Instituto Humanitas360, ministrou a palestra **“Tecendo a Liberdade”**, em que abordou o tema do encarceramento de mulheres no Brasil e falou sobre o programa “Empreendedorismo atrás e além das grades”, que busca reinserção social de ex-presidiárias por meio da cooperativa “Lili”.

O painel **“O espelho no escuro: alteridade, gênero e interseccionalidades”** foi mediado pela juíza Jacqueline Machado (TJMS) e teve a também juíza Rafaela Caldeira Gonçalves (TJSP) como debatedora. Primeira a falar, a socióloga Suelaine Carneiro, do Instituto da Mulher Negra, propôs uma reflexão sobre estereótipos e estigmas atribuídos a meninas e mulheres negras na sociedade. Na sequência, falou **Neon Cunha**, publicitária e ativista, mulher trans, negra e ameríndia. **Neon** abordou as diversas identidades de gênero e as diferentes definições, não restritas ao conceito de orientação sexual. Já o professor de Direito da FGV **Dimitri Dimoulis** defendeu que a interseccionalidade é que deve ser considerada como categoria mais relevante do Direito em relação ao ordenamento jurídico, entre outros pontos.

Por fim, a juíza **Rafaela Caldeira** sintetizou o painel. “O aumento dos índices de feminicídio, a partir da tomada de consciência de normalização e normatização, já é um início para construção de julgamentos nos processos de gênero e raça. A violência de gênero institucional existe e nós, agentes do estado, mesmo que involuntariamente, reproduzimos isso. Cabe a nós evitar e coibir todas as práticas que reforçam a violência.”



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar



O evento seguiu com a apresentação pela atriz Edna Ferri de um caso real de violência doméstica, mas de superação, em que a vítima se livrou do relacionamento abusivo e hoje está bem. A vítima – Jéssica Aronis, modelo – abdicou de vida privada, trabalho, amigos e família e passou a lidar com xingamentos e humilhações, evoluindo para agressões físicas e abusos. A modelo conseguiu escapar da situação e se recuperar com o apoio de uma terapeuta e uma psiquiatra após meses de tratamento.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

O último painel, com o tema **“Feminicídio sob a mira: educação é o alvo”**, teve a mediação da juíza Adriana Ramos de Mello (TJRJ) e a participação do juiz José Henrique Torres (TJSP) como debatedor.

A advogada **Maria Sylvia Oliveira** iniciou o debate falando sobre racismo estrutural, que determina a precariedade da vida das mulheres negras e aumenta a exposição à violência. Logo depois, **Rosane Borges**, professora da USP, pesquisadora e ativista, convocou todos e todas a pensar questões a partir dos dados macroestruturais para entendermos o feminicídio. A última panelista, **Silvia Pimentel**, professora de Direito da PUC-SP tratou do tema “Educação para equidade de gênero: um caminho para o fim da violência contra a mulher”.

Para encerrar o dia de palestras complexas que abordaram inúmeros aspectos do tema, o juiz **José Henrique Torres** proferiu, nas palavras da mediadora, um “discurso inspirador”. “Quando falamos de feminicídio, estamos nos referindo às assimetrias de poder nos espaços públicos”, disse ele. “Precisamos de uma educação libertadora, que incentive a autonomia e a criticidade, que promova a ética e a humanidade, que discuta a questão de gênero, que enfrente a ideologia patriarcal. Mas a educação não basta. Precisamos de programas eficientes de planejamento familiar e políticas públicas de igualdade de gênero”.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

Um dos momentos mais importantes do XI Fonavid São Paulo 2019 teve início, na manhã de sexta (08/11), que ocorreu no Hotel Maksoud Plaza, magistrados e equipes multidisciplinares puderam participar das oficinas específicas para cada um, com os grupos temáticos para seleção e discussão de assuntos a serem transformados em Enunciados ao final do evento. Os quais visam orientar os procedimentos dos operadores do Direito e dos servidores que trabalham com os casos de violência doméstica em todo o País.



Foram formados quatro grupos de trabalho, nos quais foram discutidos os temas: cível e medidas protetivas, criminal, boas práticas e multidisciplinar; compostos por juízes, servidores, psicólogos e assistentes sociais das Varas de Violência Doméstica e das Coordenadorias Estaduais das Mulheres.

Ao final, ocorreu a Assembleia Geral, quando foram votados os Enunciados.

No XI Fonavid, os coordenadores estaduais da Mulher dos tribunais estaduais de todo o Brasil realizaram pelo segundo ano consecutivo a votação do Colégio Nacional de Coordenadores de Coordenadorias da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID).

A Coordenadora Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de Santa Catarina, desembargadora Salete Silva



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

Sommariva, foi eleita por aclamação ao cargo de Presidente do Colégio de Coordenadorias de Violência Doméstica e Familiar (COCEVID); e a desembargadora Eva Evangelista ao cargo de vice-presidente.

Também são membros titulares do Cocevid a desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), Nágila Maria Sales Brito (1ª secretária); a desembargadora Angela Maria Moraes Salazar (2ª secretária) do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o desembargador José James Gomes Pereira (tesoureiro) do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), a Desembargadora do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) Sandra Regina Teodoro Reis (tesoureira adjunta). Ressalta-se que cada gestão da Comissão Executiva do Colegiado terá a duração de um ano, vedada a recondução.



Após três dias de debates, palestras, dinâmicas e deliberações, o **XI Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Fonavid)** – com o tema **“Educação para equidade de gênero: um caminho para o fim da violência doméstica contra a mulher”** – teve a conclusão dos trabalhos na sexta-feira (8), no hotel Maksoud Plaza, em São Paulo.

Os cerca de 350 magistrados e integrantes das equipes multidisciplinares de todo o Brasil acompanharam o dia de atividades, iniciado com a desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, coordenadora da



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de São Paulo (Comesp), apresentando a historiadora Mary del Priore, que proferiu a conferência magna “A família brasileira ontem e hoje: rupturas e permanências”. A mesa também teve a participação do ministro Rogério Schietti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), como convidado especial; dos juízes Maria Domitila Prado Manssur e Mário Rubens Assumpção Filho, do TJSP, como debatedores; e do juiz Ariel Nicolai Cesa Dias, do TJPR, presidente do Fonavid.







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

A autora de 45 livros com 20 prêmios literários delineou um histórico dos estereótipos da figura da mulher ao longo de 400 anos, bem como as demonstrações de resistência feminina e luta por equidade de gênero, intensificadas pelas profundas transformações do século XX que propiciaram, por exemplo, a fundação do movimento feminista. *“Hoje, temos de olhar para quem são os nossos parceiros para nos apoiar em favor de um feminismo relacional, aquele que pensa as relações das mulheres com homens, filhos, meio de trabalho, não esquecendo das relações entre as próprias mulheres”*, defendeu Mary del Priore.



O Fórum também realizou Assembleia Geral, composta por 27 juízes representantes de cada unidade da Federação, que votaram as proposições definidas pelos quatro grupos de trabalho: Cível e Medidas Protetivas; Criminal; Boas Práticas e Multidisciplinar. O juiz de direito Marcelo Volpato de Souza, fará parte do Comitê Executivo do XII Fonavid, como representante da Região Sul (suplente) e participou da votação representando o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Ao final do sufrágio, oito recomendações – sugestões para outras instituições, como, por exemplo, políticas públicas – e 11 enunciados – interpretações do sistema normativo, das quais sete novas e quatro antigas



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

modificadas – constituirão a Carta de São Paulo. O documento completo será publicado na próxima segunda-feira (11) no site do Fonavid.



Para as considerações finais, a mesa foi composta pelo ministro Rogério Schietti, do STJ; pelo vice-presidente do TJSP, desembargador Artur Marques da Silva Filho; pelo diretor da Escola Paulista da Magistratura, desembargador Francisco Eduardo Loureiro; pela coordenadora da Comesp, desembargadora Angélica de Almeida; pela desembargadora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Daldice Maria Santana de Almeida; pelo presidente do Fonavid, juiz Ariel Dias; e pelas juízas Teresa Cristina Cabral Santana e Marcia Faria Mathey Loureiro (TJSP) e Jaqueline Machado (TJMS).

*“Esse encontro, na minha visão, entrará para a história, porque, pela primeira vez, decidiu-se abrir parte do Fórum ao público externo, com o objetivo de ampliar os debates e fomentar a diversidade de perspectivas”, observou o desembargador Artur Marques. “A temática desse prestigioso encontro não poderia ser mais adequada, pois não há dúvida de que, apenas com a devida educação para equidade de gênero, poderemos trilhar um caminho seguro para o fim da violência doméstica contra a mulher”, acrescentou.*

Uma apresentação cultural surpresa encerrou o encontro – um “pocket show” de voz e violão da cantora Marina Peralta, com composições próprias de MPB/Reggae sobre diversidade e igualdade de gênero. Também foi anunciada a



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação  
de Violência Doméstica e Familiar

nova formação da diretoria do XII Fonavid, com gestão de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2020, que será presidida pela juíza Jacqueline Machado, do TJMS, e que conta com a juíza Camila de Jesus Mello Gonçalves, do TJSP, como suplente na Diretoria Executiva na Região Sudeste. A 12ª edição do Fórum Nacional será em novembro do próximo ano, em Teresina, Piauí.

Florianópolis, 11 de novembro de 2019.

Desa. Salete Silva Sommariva  
Coordenadora da CEVID

Ana Luísa Schmidt Ramos  
Juíza de Direito da 4 Vara Cível da Capital

Marcelo Volpato de Souza  
Juiz de Direito do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher  
da Capital

Marciano Donato  
Juiz de Direito da Vara Única da comarca de Meleiro

Michelle de Souza Gomes Hugill  
Secretária da CEVID

Jussara Aparecida Barboza  
Servidora da CEVID